

Estudo Técnico Preliminar 2/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 00087.000618/2020-19

2. Descrição da necessidade

O Plano Anual de Contratação **PAC 2021 - item 3208** prevê a contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos através de rede própria de estabelecimentos credenciados em sistema informatizado, para atender, sob demanda e mediante a utilização de sistema informatizado, os veículos oficiais da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República, cuja manutenção é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República. O montante para fazer face às despesas é no valor de **R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais)**.

Em um primeiro momento, se faz oportuno consignar, que até o presente exercício, os contratos para fornecimento de peças, pneus, material de lanternagem e pintura, material de EPI, limpeza automotiva e insumos diversos, pela Presidência da República e seus órgãos essenciais, gera em torno de 40 contratos não continuados, em 5 anos. Os serviços de manutenção para os veículos fora de Brasília são custeados com o uso do cartão corporativo (CPGF). Os serviços de insumos e manutenção (confeção de chaves, aplicação de películas de escurecimento em vidros, reparos de rodas, serviços de usinagem, instalação de sinalizadores, manutenção de sistemas hidráulicos, manutenção de embarcação etc), são realizados através de processos de dispensa de licitação.

Com base em estudos e análises internas, bem como práticas de outros órgãos da Administração e posicionamento do Tribunal de Contas da União, conclui-se que a melhor alternativa para substituir os modelos até então contratados, é a Gestão de Frota para manutenção e serviço, no qual a Administração terceirizava a manutenção veicular e o fornecimento de peças, centralizando as demandas em 01 (um) único contrato, para atendimento em todo território nacional.

A respeito do posicionamento da Corte, no ano de 2017, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2354/2017-TCU-Plenário (2047245), ao fiscalizar o contrato nº 18/2017, firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a empresa Ticket Soluções HDFGT SA, referente a "*contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota para a manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, de forma continuada, junto à rede de estabelecimentos credenciados por meio de sistema informatizado para atender os veículos oficiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e suas unidades desconcentradas e os a seu serviço*", chegou à seguinte conclusão:

4.9.5. *Propõe-se, ainda, comunicar aos demais órgãos (...) desta instrução a deliberação originada deste processo, como notícias de boas práticas. (grifos acrescidos)*

Ante todo exposto, a COTRAN considera que a contratação do serviço de Gestão de Frotas e Gestão da Oficina para os veículos da Presidência da República trata diversos benefícios, tais como:

- Ganho de eficiência com o atendimento tempestivo das manutenções (celeridade),
- Cobertura contratual para manutenção da frota em outras unidades da federação;
- Padronização dos serviços prestados;
- Pronto disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade;
- Redução, ou mesmo supressão, do uso constante de suprimentos de fundos para fazer frente a despesas com manutenção de veículos;
- Redução do custo operacional dos processos de contratação; e
- Adoção de um modelo "chancelado" pelo TCU.

Assim, haja vista a contínua e ininterrupta necessidade desta Coordenação prover as demandas de manutenção corretiva e preventiva da frota da Presidência da República e seus órgãos essenciais, faz-se necessária a deflagração de novo procedimento licitatório objetivando a contratação destes serviços de forma eficiente na busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

A contratação visa otimizar a adequada manutenção corretiva e preventiva dos veículos oficiais da Presidência da República, minimizando os custos ao Erário, mantendo os veículos em perfeitas condições de uso.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SG/SA/DILOG/COTRAN/OFICINA	Marcos Evandro Bohrer Santos - Oficina Mecânica

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, que deverá ser disciplinado no edital.

Da Avaliação do Sistema Informatizado de Gestão (Prova Técnica):

Após a avaliação da proposta de preços e constatado que atendem às exigências do Edital, a licitante da melhor proposta no certame, considerada aceitável, será convocada pelo pregoeiro para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação (que será realizada no portal www.comprasnet.gov.br e por e-mail ao licitante que tiver sua proposta classificada), realize a apresentação simulada do seu Sistema de Gestão de Manutenção Veicular em Rede Credenciada, para verificação da conformidade do mesmo com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Para a presente contratação, aplicam-se critérios de sustentabilidade, que deverá constar do Termo de Referência.

Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, que terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para a presente contratação, se aplica a necessidade de migração de todos os dados constantes em sua base de dados referentes aos veículos da CONTRATANTE, quando existirem, com vistas à alimentação de banco de dados da própria CONTRATANTE, entre outros dados que se fizerem necessários para a manutenção da frota, atendimento aos órgãos de controle e legislação que rege a matéria.

Para a presente contratação, não se aplica a elaboração de quadro com soluções de mercado.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. Esta exigência deverá constar do Edital de Licitações.

As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE deverá constar do Termo de Referência Anexo I do Edital.

Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; e
- é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5. Levantamento de Mercado

Conforme o previsto no art. 7º da Instrução Normativa nº 40, DE 22 de maio de 2020, foram utilizados para obtenção de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendem às necessidades da administração, os modelos adotados por outros órgãos da administração. O posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU), apontou que contratação de Gestão de Frota, trata da melhor alternativa para substituir o modelo de contratação em prática até o presente momento.

Em um primeiro momento, se faz oportuno consignar que, até o presente exercício, os processos licitatórios para fornecimento de peças, pneus, material de lanternagem e pintura, EPI's, material de limpeza automotiva e insumos diversos, pela Presidência da República e seus órgãos essenciais, eram realizados de forma separadas, em contratos anuais, onde se gerava em torno de 40 contratos não continuados no período de 5 anos. Os serviços de manutenção para os veículos que se encontram fora de Brasília são custeados com o uso do cartão corporativo (CPGF). As aquisições de alguns insumos de manutenção e de serviços específicos de manutenção, como confecção de chaves codificadas de veículos, aplicação de películas de escurecimento em vidros, reparos de rodas, serviços de usinagem, instalação de sinalizadores, manutenção de sistemas hidráulicos, manutenção de embarcação etc, eram realizados por meio de processos de dispensa de licitação.

Os estudos e análises internas, as práticas de outros órgãos da Administração e o posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do modelo de Gestão de Frota, que se pretende adotar na COTRAN, permitem concluir que se trata da melhor alternativa para substituir o modelo de contratação em prática até o presente momento. No modelo de Gestão de Frota, a Administração terceiriza a manutenção veicular e o fornecimento de peças, centralizando todas as demandas em 01 (um) único contrato, que atende a todos os veículos, em qualquer parte do território nacional.

A respeito do posicionamento do TCU, o Acórdão nº 2354/2017-TCU-Plenário, que analisou o contrato nº 18/2017 firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a empresa Ticket Soluções HDFGT SA, referente à "contratação de

serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota para a manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, de forma continuada, junto à rede de estabelecimentos credenciados por meio de sistema informatizado para atender os veículos oficiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e suas unidades desconcentradas e os a seu serviço", chegou à seguinte conclusão:

4.9.5. *Propõe-se, ainda, comunicar aos demais órgãos (...) desta instrução a deliberação originada deste processo, como notícias de boas práticas. (grifos acrescidos).*

Para atender as necessidades da Administração, observou-se que existem vários modelos de contratações de Gestão de Frota, praticados por diversos órgãos da Administração Pública, dos quais podemos destacar alguns em sequência.

No modelo praticado pela ABIN (Pregão 11/2020), o objeto da licitação é a contratação de empresa para serviços de administração, gerenciamento e controle de abastecimento e de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, esse modelo não foi adotado por englobar em um único item, o fornecimento de combustível, manutenção e fornecimento de peças para veículos, que não é o modelo a ser adotado na Presidência da República.

No modelo apresentado pelo Governo do Paraná (Pregão 389/2019), o objeto da licitação é a contratação de empresa para serviços de administração, gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, desse modelo foi extraído diversos itens de execução dos serviços, condições de habilitação, incluindo a Prova Técnica que esta sendo implementado em nossa contratação.

Para a nossa contratação foi adotado o modelo utilizado pela Polícia Federal, esse órgão, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal foram um dos primeiros órgãos a implementar esse modelo de contratação na administração pública, por isso adotamos o modelo do Edital do Pregão 46 2015, com algumas inovações praticadas pelo Governo do Paraná (Pregão 389 /2019).

Na pesquisa de mercado foram consultadas empresas renomadas que atendem o mercado público e privado de forma eficiente, aprovando o modelo de contratação adotado e o termo de referência elaborado, para balizarem suas propostas e estimar o valor da contratação. As empresas (TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA - CNPJ 00.604.122/0001-97 e MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA - CNPJ 27.284.516/0001-61), encaminharam propostas de preço.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos e embarcação através de rede própria de estabelecimentos credenciados em sistema informatizado, para atender, sob demanda e mediante a utilização de sistema informatizado, os veículos oficiais da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República, cuja manutenção é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, que terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de frota, e apresentação de Rede Credenciada capaz de suprir as necessidades da CONTRATANTE, deverá ocorrer num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 05 (cinco) dias após informações prestadas pela CONTRATANTE.

Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos.

Os locais onde ocorrerá a implantação do sistema serão definidos pela CONTRATANTE.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para dimensionar o quantitativo de peças e serviços, para compor a contratação, foi elaborada um Estudo Técnico dos gastos com peças e insumos nos anos de 2017/2018/2019/2020. Em relação a gasto com mão de obra o presente estudo chegou ao valor de R\$ 95.980,77 (noventa e cinco mil novecentos e oitenta reais e setenta e sete centavos) mensal e R\$ 1.151.769,23 (um milhão cento e cinquenta e um mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos) anual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Grupo	Item	Especificação	CATSER /CATMAT	Unidade Medida	QTD (A)	Valor Unitário Por Evento – Taxa de Administração (B).	Valor Total (AxB)		
	1	Gerenciamento e Administração de frota de veículos, envolvendo manutenção geral, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via <i>web</i> , e utilizando rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República.	25518	UN Evento*	2223	5,30	11.781,90		
						Valor	Valor		Custo Total com

1	Especificação	CATSER /CATMAT	Unidade Medida	QTD (A)	Estimado (B)	Total (AxB)	Desconto (%) (D).	Desconto $\{(100-D) \times C / 100\}$
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República calculada pelo valor da mão-de-obra/hora.	3565	UN Real (R\$)	1	700.000,00	700.000,00	8,00%	644.000,00
3	Fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e insumos de limpeza e higienização para os veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República.	97780	UN Real (R\$)	1	1.100.000,00	1.100.000,00	8,00%	1.012.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1 (SEM DESCONTO)						1.811.781,90		

** Evento: uma ocorrência de manutenção para um determinado veículo*

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação na modalidade global, grupo único, justifica-se pela necessidade de se garantir a perfeita execução dos serviços, associando mão de obra com o fornecimento das peças.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação pretendida mostra-se autônoma com relação às demais executadas nesta Coordenação-Geral de Transporte, não possuindo qualquer correlação ou interdependência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está alinhada com o processo interno “Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança”, mais especificamente na atividade “Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da Presidência da República”, constantes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral/2018-2023

12. Resultados Pretendidos

Os resultados pretendidos é que se contrate de maneira eficiente uma empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos através de rede própria de estabelecimentos credenciados em sistema informatizado, para atender, sob demanda e mediante a utilização de sistema informatizado, os veículos oficiais da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República, cuja manutenção é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Diferente de anos anteriores, onde as contratações gerava em torno de 40 contratos não continuados, em 5 anos, o objetivo é que baseado em estudos e análises internas, bem como práticas de outros órgãos da Administração e posicionamento do Tribunal de Contas da União, onde se conclui que a melhor alternativa para substituir os modelos até então contratados, é a Gestão de Frota para manutenção e serviço, no qual a Administração terceirizava a manutenção veicular e o fornecimento de peças, a nova contratação centralizará as demandas em 01 (um) único contrato, em 5 anos, para atendimento em todo território nacional.

Os serviços de manutenção para os veículos fora de Brasília custeados com o uso do cartão corporativo (CPGF) e os serviços de insumos e manutenção (confeção de chaves, aplicação de películas de escurecimento em vidros, reparos de rodas, serviços de usinagem, instalação de sinalizadores, manutenção de sistemas hidráulicos, manutenção de embarcação etc), até então, realizados através de processos de dispensa de licitação, serão absolvidos por esse novo modelo de contratação, trazendo desta feita, eficiência e melhor uso do recurso público.

A contratação visa otimizar a adequada manutenção corretiva e preventiva dos veículos oficiais da Presidência da República, minimizando os custos ao Erário, mantendo os veículos em perfeitas condições de uso, em todo território nacional.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão para a execução dos serviços da presente contratação.

Os servidores que farão parte da equipe de gestão e fiscalização do contrato foram recentemente capacitados, na própria Presidência da República, para o planejamento da contratação e a fiscalização contratual, nos moldes propostos pela IN 05 /2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impacto ambiental, visto que os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas pela prestação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se completamente viável, visto que a Presidência da República não pode privar-se da mesma, já que é preciso prover os meios necessários para a Manutenção dos seus veículos e dos órgãos essenciais, de forma a preservar a segurança das maiores autoridades do país.

16. Responsáveis

Processo SEI/PR nº 00087.000618/2020-19; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 2047885); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação nº 224/2020 (SEI/PR 2051850)

MARCOS EVANDRO BOHRER

Chefe da Oficina Mecânica

Processo SEI/PR nº 00087.000618/2020-19; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 2047885); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação nº 224/2020 (SEI/PR 2051850)

SÉRGIO WILLIAM DE OLIVEIRA

Supervisor

Processo SEI/PR nº 00087.000618/2020-19; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 2047885); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação nº 224/2020 (SEI/PR 2051850).

MARLY TERESA RANGEL LICASSALI

GSISTE-NS

Processo SEI/PR nº 00087.000618/2020-19; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 2047885); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação nº 224/2020 (SEI/PR 2051850).

MIGUEL VIEIRA MATOS

Supervisor

Processo SEI/PR nº 00087.000618/2020-19; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 2047885); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação nº 224/2020 (SEI/PR 2051850)

MANOEL ALVES DE SOUSA JÚNIOR

Assistente

Processo SEI/PR nº 00087.000618/2020-19; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 2047885); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação nº 224/2020 (SEI/PR 2051850).

JEAN FARLY RIOS
especialista

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - 15 - Mapa Comparativo .pdf (3.15 MB)
- Anexo II - Pesquisa de Preços Fornecedor.pdf (584.99 KB)
- Anexo III - Portaria 224, de 1o de agosto de 2020.pdf (191.72 KB)
- Anexo IV - Acórdão 2354-2017 TCU Plenário.pdf (839.16 KB)

Anexo I - 15 - Mapa Comparativo .pdf

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE

Mapa Comparativo das Pesquisas de Mercado

EMPRESA	CNPJ
01- Trivale Administração Ltda	00.604.122/0001-97
02 - MaxiFrota Serviços de Manutenção de Frota Ltda	27.284.516/0001-61

Grupo	Item	Especificação	Comparativo das Pesquisas de Mercado										Valor de Referência	
			Painel de Preços						Pesquisa com Fornecedores					
			UF - Jatai		Distr. Ind Tocantins		CONAB		TRIVALE (01)		MAXIFROTA (02)			
			UASG - 156678		UASG - 257043		UASG - 135457		00.604.122/0001-97		27.284.516/0001-61		Menor Preço	
			R\$ / %	R\$	R\$ / %	R\$	R\$ / %	R\$	R\$ / %	R\$	R\$ / %	R\$		
1	1	Gerenciamento e Administração de frota	-	-	-	-	-	-	5,30	11.781,90	8,00	17.784,00	5,30	11.781,90
	2	Prestação de Serviço de manutenção	0,00%	700.000,00	0,00%	700.000,00	8,00%	644.000,00	0,00%	700.000,00	2,00%	686.000,00	8,00%	644.000,00
	3	Fornecimento de peças.	0,00%	1.100.000,00	0,00%	1.100.000,00	8,00%	1.012.000,00	0,00%	1.100.000,00	2,00%	1.078.000,00	8,00%	1.012.000,00
Valor de Referência													1.667.781,90	

(-) Valor ofertado em percentual de desconto

1.667.781,90 (Menor Preço)

Menor Preço

Valor Excessivamente Elevado

Pesquisa Realizada no período de 14/10/2020 a 21/12/20 por:

Sérgio William de Oliveira

E-mail: williamo@presidencia.gov.br

PROPOSTA DE PREÇOS

Objeto: Este Termo de Referência tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE COM AUTO GESTÃO DE FROTA PARA ABASTECIMENTO - VIA CARTÃO MAGNÉTICO E/OU SIMILAR (TODOS OS TIPOS DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, ARLA32, ADITIVOS E DERIVADOS EM GERAL) E MANUTENÇÃO OPERACIONAL PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS, VIDRAÇARIA, CAPOTARIA, TAPEÇARIA, BORRACHARIA, SOCORRO MECÂNICO, TRANSPORTE POR GUINCHO E LAVAGEM/HIGIENIZAÇÃO DE TODA FROTA DE VEÍCULOS, TRATORES, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, GERADORES, ROÇADEIRAS, CORTADORES E MAQUINÁRIOS, QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ - UFJ E UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO - UFCAT, DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO PARA ATENDER A UFJ E UFCAT EM ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E RESPECTIVO EDITAL E SEUS ANEXOS.

QUADRO DEMONSTRATIVO					
GRUPO 01	1	DESCRIÇÃO	DESCONTO (A)	VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	VALOR A SER COBRADO PELA CONTRATADA
	1	COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS EM GERAL	0,01	R\$ 468,784,00	R\$ 468.737,08
	2	MANUTENÇÃO/SERVIÇOS EM GERAL	0,01	R\$ 80,000,00	R\$ 79.992,04
	3	PEÇAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EM GERAL	0,01	R\$ 140,000,00	R\$ 139.986,04
	4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,01	R\$ 68,88	
Valor total geral				R\$ 688.715,12	

Valor total R\$ 688.715,12 (Seiscentos e oitenta e oito mil setecentos e quinze reais e doze centavos)
Taxa de Administração 0,01%

QUADRO DEMONSTRATIVO					
GRUPO - 02	item	DESCRIÇÃO	DESCONTO (A)	VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	VALOR A SER COBRADO PELA CONTRATADA
	5	COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS EM GERAL	0,00	R\$ 136.735,00	R\$ 136.721,28
	6	MANUTENÇÃO/SERVIÇOS EM GERAL	0,00	R\$ 60.000,00	R\$ 59.994,00
	7	PEÇAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EM GERAL	0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 39.996,08
	8	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	R\$ 23,67	
Valor total				R\$ 236.711,36	

VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA

Matriz: Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839 – Centro – Rio Verde-GO.

Fone: (64) 2101-5500 / 0800 707 7227

Valor total R\$ 236.711,36 (Duzentos e trinta e seis mil setecentos e onze reais e trinta e seis centavos)
Taxa de administração 0,01%

QUADRO DEMONSTRATIVO					
GRUPO - 03	item	DESCRIÇÃO	DESCONTO (A)	VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	VALOR A SER COBRADO PELA CONTRATADA
	9	COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS EM GERAL	0,01	R\$ 136.735,00	R\$ 261.875,25
	10	MANUTENÇÃO/SERVIÇOS EM GERAL	0,01	R\$ 60.000,00	R\$ 49.995,04
	11	PEÇAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EM GERAL	0,01	R\$ 40.000,00	R\$ 99.990,08
	12	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,01	R\$ 23,67	
Valor total				R\$ 411.860,37	

R\$ 411.860,37 (Quatrocentos e onze mil oitocentos e sessenta reais e trinta e sete centavos)
Taxa de Administração 0,01%

QUADRO DEMONSTRATIVO					
GRUPO - 04	item	DESCRIÇÃO	DESCONTO (A)	VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	VALOR A SER COBRADO PELA CONTRATADA
	13	COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS EM GERAL	0,01	R\$ 26.353,45	R\$ 26.350,80
	14	MANUTENÇÃO/SERVIÇOS EM GERAL	0,01	R\$ 5.000,00	R\$ 4.999,54
	15	PEÇAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS EM GERAL	0,01	R\$ 10.000,00	R\$ 9.999,08
	16	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,01	R\$ 4.14,00	
Valor total				R\$ 41.349,42	

Valor total R\$ 41.349,42 (Quarenta e um mil trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos)
Taxa de Administração 0,01%

O prazo da proposta é de 90 (noventa) dias

Declaramos que estão Inclusos no preço todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou qualquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem qualquer acréscimos em virtude da expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA

Matriz: Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839 – Centro – Rio Verde-GO.

Fone: (64) 2101-5500 / 0800 707 7227



DADOS – MATRIZ

VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA CNPJ/MF: 03.817.702/0001-50 Inscrição
Municipal: 9405
Endereço: Rua Rusolino Ferreira Guimarães, nº 839, Centro – Rio Verde/GO, CEP 75.901-260
Tel./Fax: (64) 2101-5500 e-mail: licitacoes@volus.com Site: www.volus.com

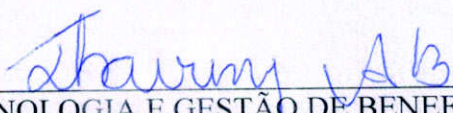
DADOS BANCÁRIOS

Conta Corrente: 33.640-8 Agência: 3290-5 Banco: 237 – Bradesco

DADOS DOS RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome: Dário da Costa Barbosa Júnior. CPF/MF: 236.491.001-34 -RG nº.: 750.371 SSP/GO; Cargo/Função ocupada:
Diretor Administrativo.

Rio Verde/GO 30 de junho de 2020


VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA
Thairiny Ataide Borges
Analista de Licitações
RG nº. 5803507 SSP-GO
CPF nº. 756.611.871-49

VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA

Matriz: Rua Rosolino Ferreira Guimarães, nº 839 – Centro – Rio Verde-GO.
Fone: (64) 2101-5500 / 0800 707 7227



NP3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Fone: (51) 3049-7880

Fone: (65) 3359-8182

CNPJ: 01.667.155/0003-00

Insc. Municipal: 25577

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA – GUAMÁ – TOCANTINS
SERVIÇO DE RECURSO LOGÍSTICOS

PROPOSTA DE PREÇO

Referencia: Pregão Eletrônico Nº 10/2020

Processo eletrônico 25056.001111/2019-37

Ao

Senhor Pregoeiro Oficial

Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI GUATOC

1. Apresentamos nossa proposta e planilha de formação de preço abaixo, após a fase de lances, para prestação de *serviços continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra*, que utilize tecnologia de cartão magnético com administração e controle (autogestão), com operação de sistema informatizado via internet, por meio de redes de estabelecimentos credenciados em quantidade suficiente para atender as necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins em suas áreas de atuação, para a manutenção preventiva e corretiva incluindo o fornecimento e substituição de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho e demais serviços necessários para a frota dos veículos do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.
2. O Prazo de validade da proposta é de (60) dias, a contar da data de sua apresentação. (No mínimo, 60 (sessenta) dias);
3. Dados da empresa:

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL:	NP3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA		
ENDEREÇO:	Est. Rs 239, nº 9000 – CXPST 0004 Edif. IPETECH – Quatro Colonias – Campo Bom	UF: RS	CEP: 93.700-000
TELEFONE:	(51) 3049-7880	(65) 3359-8182	
EMAIL:	np3contratos@gmail.com		

4. Banco: ITAU Agência: 1130 Conta-Corrente: 33528-2

5. Dados do Representante Legal

para assinatura do Contrato. Nome

Completo: Anderson Correa Araujo

RG: 37.319.282-4

CPF: 885.964.271-04

Telefone: (65) 3359-8182

E-mail: np3contratos@gmail.com

Rua Est. Rs 239, nº 9000 Cxpst 004 – Edif. IPETECH – Bairro: Quatro Colonias – Campo Bom/RS CEP: 93.700-000

Telefones: (51) 3049-7880 (65) 3359-8182

E-mail: np3contratos@gmail.com



NP3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Fone: (51) 3049-7880

Fone: (65) 3359-8182

CNPJ: 01.667.155/0003-00

Insc. Municipal: 25577

6. **DECLARAMOS** expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

7. **DECLARAMOS** expressamente que essa empresa possui compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93, pela Lei nº 12.305/10 e da Instrução Normativa/SLTI/MPOG/Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e que credenciará, preferencialmente, estabelecimentos que estejam plenamente adequados à legislação vigente referente à descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós consumo e demais assuntos relacionados ao objeto da referida licitação.

8. **DECLARAMOS** que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO/PROPOSTA:

Item/Descrição	Valor Anual Estimado (R\$)	Desconto(%) a ser aplicado em cada item*	Valores resultante da aplicação dos descontos ofertados, nos valores da coluna "A" (R\$) (B)
1. Fornecimento de 1200 peças mecânicas, sendo peças de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original /OU paralelas produzidas e/ou embaladas e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo (ABNT NBR 15296), através de rede de estabelecimentos credenciados, conforme termo de referência.	R\$ 253.896,00	DPA 0%	R\$ 253.896,00
2. Serviço de manutenção de veículos oficiais. Valor correspondente ao número de 1800 horas de manutenção pelo valor referencial da hora-homem, através de rede de estabelecimentos credenciados, conforme termo de referência.	R\$ 126.000,00	DSM 0%	R\$ 126.000,00
3. Prestação de serviço de apoio administrativo - Taxa de administração do serviço de gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva da frota automotiva do DSEI GUATOC, conforme termo de referência.	R\$ 4.406,79	DTA 0%	R\$ 4.406,79
VALOR DA PROPOSTA (VP).....R\$ 384.302,79			

FÓRMULA:

$VP = 253.896,00 (100 - DPA)/100 + 126.000,00 (100 - DSM)/100] * (1 + TA/100)$

Nota:

O número 253.896,00 representa o valor total estimado dos serviços e peças/acessórios; O número 126.000,00 representa o valor estimado dos serviços de manutenção.

Onde:

VP Valor da Proposta que será o critério de classificação das

Rua Est. Rs 239, nº 9000 Cxpst 004 – Edif. IPETECH – Bairro: Quatro Colonias – Campo Bom/RS CEP: 93.700-000

Telefones: (51) 3049-7880 (65) 3359-8182

E-mail: np3contratos@gmail.com



NP3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Fone: (51) 3049-7880

Fone: (65) 3359-8182

CNPJ: 01.667.155/0003-00

Insc. Municipal: 25577

propostas. Sendo a classificação dos licitantes, do primeiro ao último, considerada em ordem crescente dos valores "VP" propostos, ou seja, a proposta que tenha o "VP" de menor valor será a vencedora.

DSM → Desconto percentual oferecido pelo licitante para os serviços de manutenção ($\geq 8,95\%$ e $< 100\%$); DPA → Desconto percentual

oferecido pelo licitante para peças e acessórios ($\geq 8,95\%$ e $< 100\%$);

TA → Taxa de Administração oferecida pelo licitante (menor ou igual que $1,16\%$), que será aplicada sobre o valor final de cada serviço realizado;

OBSERVAÇÕES:

1- Apresentar valores de VP com no máximo 2 (duas) casas decimais (x,yy%) sendo desprezadas as demais;

2- Na composição da planilha para formação do preço, modelo da proposta, será aceita

Taxa de Administração menor ou igual que $1,16\%$. 3- O preço anual é o que deve ser

cadastrado pelo proponente, quando do envio de sua proposta e lances.

4 - Na composição da planilha para formação do preço, o PERCENTUAL de desconto mínimo aceitável para serviços de manutenção (incluindo lavagem, guincho, peças e acessórios,) é de $8,95\%$ (oito vírgula noventa e cinco), resultante da média aritmética dos percentuais aferidos nas pesquisas de preços, consultadas no painel de preços do governo federal e órgãos similares. Será aceita Taxa de Administração menor ou igual que $1,16\%$.

CAMPO BOM/RS, 30 de JUNHO de 2020.

Anderson Correa Araujo
ANDERSON CORREA ARAUJO

RG: 37.319.282-4

CPF: 885.964.271-04

PROCURADOR

01.667.155/0003-00

NP3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Est. Rs 239 9000 CXPST 004 Edif. Ipetech

Bairro: Quatro Colonias

CEP: 93.700-000

Campo Bom

RS

Rua Est. Rs 239, nº 9000 Cxpst 004 – Edif. IPETECH – Bairro: Quatro Colonias – Campo Bom/RS CEP: 93.700-000

Telefones: (51) 3049-7880 (65) 3359-8182

E-mail: np3contratos@gmail.com



NP3 COMERCIO E SERVIÇOS – ME

Fone: (65) 3359-8182

CNPJ: 01.667.155/0001-49

Inst. Est.: 13.382.572-8

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RN

ANEXO II APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Item	DESCRIÇÃO	Taxa Administrativo	Desconto
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, com uso de sistema eletrônico e através de convênios para realização de manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, serviços para os veículos oficiais	1,25%	8%
Valor Anual Estimado de Gastos com Peças e serviços			
R\$ 40.500,00			
Taxa de Administração 1,25 %			
Valor do contrato anual			R\$ 37.260,00

Declaramos inteira submissão às condições de fornecimento constantes do PREGÃO Nº 11/2020 e que os descontos ofertados na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO: ANDERSON CORREA ARAUJO – ANALISTA DE MERCADO – PROCURADOR

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme estabelecido no Edital,

VALIDADE DA PROPOSTA: 120 (cento e vinte) dias

DATA: 21 / 05 / 2020

01.667.155/0001-49

NP3 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Av. Ipiranga 1715 Conj. Com. Ipiranga Sala 08

Bairro: Porto

CEP: 78.025-350

Cuiabá

MT

Anderson Correa Araujo

Anderson Correa Araujo

RG: 37.319.282-4

CPF: 885.964.271-04

Procurador

Avenida Ipiranga, nº 1715, Conj Comercial Ipiranga Sala 08 - Porto - CEP: 78.025-350-Cuiabá – MT

Telefone: (65) 3359-8182

E-mail: np3contratos@gmail.com

Sergio William de Oliveira

De: Elineide dos Santos Assunção <elineide.santos@nutricash.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 14 de dezembro de 2020 17:08
Para: Sergio William de Oliveira
Cc: Yuri Esmeraldo Teles
Assunto: MaxiFrota - Cotação
Anexos: Presidência da República- MX - Cotação.pdf

Boa tarde, Sr. William,

Segue cotação retificada.

Ats,
Elineide dos Santos Assunção
Assistente Comercial De Setor Público
Tel. Direto: 71 3340.1016





Salvador, 14 de dezembro de 2020.

À
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.

CNPJ: 27.284.516/0001-61

RUA FRANCISCO GONÇALVES Nº01, EDF. REITOR MIGUEL CALMON 1206, COMÉRCIO, SALVADOR – BA. CEP. 40.015-090.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL, AG: 2967 – X, CC: 21122-2

NATUREZA JURÍDICA: Microempresa individual () Microempresa () Empresa de pequeno porte () Outros (X)

E-MAIL: henrique.avelino@maxifrota.com.br

TEL: (71) 3340-4900 / 71.99186-5963

Prezado(a), Senhor(a),

A MaxiFrota vem através desta, apresentar sua proposta comercial:

1 – PRAZO DE VALIDADE:

A proposta tem validade de 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

2 – DESCRIÇÃO DOS ITENS:

APÊNDICE XI

PLANILHA PARA FORMAÇÃO DE PROPOSTA
PROPOSTA DE PREÇO
GRUPO

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA

**RUA FRANCISCO GONÇALVES Nº01, EDF. REITOR MIGUEL CALMON 1206, COMÉRCIO, SALVADOR – BA. CEP. 40.015-090.
CNPJ: 27.284.516/0001-61**



Item	Objeto	Eventos	Custo unitário do evento	Preço máximo admissível
1	Gerenciamento e Administração da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via web, por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da Presidência da República e seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República.	2223	R\$ 8,00	R\$ 17.784,00
Item	Objeto	Valor estimado para contratação de serviços e aquisição de peças.	Percentual de desconto mínimo admissível	Valor máximo da proposta/lance após aplicação do percentual ofertado
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República calculada pelo valor da mão-de-obra/hora.	R\$ 700.000,00	2,00%	R\$ 686.000,00
3	Fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e insumos de limpeza e higienização para os veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República	R\$ 1.100.000,00	2,00%	R\$ 1.078.000,00

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA

RUA FRANCISCO GONÇALVES Nº01, EDF. REITOR MIGUEL CALMON 1206, COMÉRCIO, SALVADOR – BA. CEP. 40.015-090.
CNPJ: 27.284.516/0001-61



VALOR TOTAL	R\$ 1.781.784,00
-------------	------------------

Atenciosamente,

Henrique Avelino dos Anjos
Gerente Nacional Público
MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA
CNPJ: 27.284.516/0001-61

DE AVELINO DOS ANJOS
Gerente Nacional Público
MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA
CNPJ nº. 27.284.516/0001-61

Sergio William de Oliveira

De: Reginaldo Sergio de Castro <reginaldo.castro@valecard.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 14 de dezembro de 2020 12:52
Para: Sergio William de Oliveira
Cc: Vitor Flores de Deus; Fernando Tannus Narduchi; Lucas Bonfim Barbosa
Assunto: Re: Solicitação de cotação de Preços - Presidência da República
Anexos: Cotação Manutenção - Presidência da República.pdf

/**/

Prezado Sr. Sérgio, boa tarde.

A par de cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para lhe apresentar em anexo, cotação para consideração em eventual processo de contratação de empresa fornecedora de sistema de gestão de frota através de cartão eletrônico e software integrado.

Permaneço à disposição para auxiliar no que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Reginaldo Sérgio de Castro
(34) 98421-3221
reginaldo.castro@valecard.com.br



valecard_oficial
ValeCardOficial
34 8424-9742
Central de atendimento WhatsApp



"Classificação da Informação: Normal / Não monitorada / Não crítica

A informação contida nesta mensagem de e-mail, incluindo quaisquer anexos, é confidencial e está reservada apenas à pessoa ou entidade para a qual foi endereçada. Caso não seja o destinatário ou a pessoa responsável por encaminhar esta mensagem ao destinatário, você está notificado que não deverá rever, retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir esta mensagem de e-mail ou quaisquer anexos. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem de seu computador ou de qualquer outro banco de dados.

The information contained in this email message, including any attachment, is confidential and is intended only for the person or entity to which it is addressed. If you are neither the intended recipient nor the employee or agent responsible for delivering this message to the intended recipient, you are hereby notified that you may not review, retransmit, convert to hard copy, copy, use or distribute this email message or any attachments to it. If you have received this email in error, please contact the sender immediately and delete this message from any computer or other data bank."

De: "Sergio William de Oliveira" <WilliamO@presidencia.gov.br>
Para: "licitacoes" <licitacoes@valecard.com.br>
Enviadas: Quinta-feira, 10 de dezembro de 2020 16:06:05
Assunto: ENC: Solicitação de cotação de Preços - Presidência da República

Sr. Vitor,

Fizemos ajustes no Termo de Referência incluindo prova técnica (Apendice VI e VII), solicito que realize a leitura e nos avise.

Outro mudança foi no valor da licitação, neste sentido é necessário que encaminhe outra cotação com os valores ajustados, O Modelo de Planilha de Preços é o Apêndice XI.

Respeitosamente,

Sérgio William de Oliveira

COTRAN

À

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE

Ref.: COTAÇÃO – GESTÃO DE FROTA

A Trivale Administração LTDA, CNPJ 00.604.122/0001-97, sediada a Rua Machado de Assis, 904, bairro Centro na cidade Uberlândia/MG, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Vitor Flores de Deus, portador da cédula de identidade nº 16.254.081 SSP/MG e CPF de nº 099.822.686-60, apresenta cotação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos através de rede própria de estabelecimentos credenciados em sistema informatizado, para atender, sob demanda e mediante a utilização de sistema informatizado, os veículos oficiais da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República, cuja manutenção é de responsabilidade da Coordenação Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República.

CONDIÇÕES DESSA COTAÇÃO

GRUPO				
Item	Objeto	Eventos	Custo unitário do evento	Preço máximo admissível
1	Gerenciamento e Administração da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via web, por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da Presidência da República e seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República.	2223	R\$ 5,30	R\$ 11.781,90
Item	Objeto	Valor estimado para contratação de serviços e aquisição de peças.	Percentual de desconto mínimo admissível	Valor máximo da proposta/lance após aplicação do percentual ofertado

2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República calculada pelo valor da mão-de-obra/hora.	R\$ 700.000,00	0,00%	R\$ 700.000,00
3	Fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e insumos de limpeza e higienização para os veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República	R\$ 1.100.000,00	0,00%	R\$ 1.100.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.811.781,90

- Validade da cotação: 60 (sessenta) dias após sua emissão.

Informamos que a cotação apresentada tem finalidade apenas de fornecer subsídios para pesquisa de mercado e, portanto não representa interesse em contratar.

Uberlândia, 14 de dezembro de 2020.

Vitor Flores de Deus

Trivale Administração Ltda

CNPJ: 00.604.122/0001-97

Vitor Flores de Deus

Anexo II - Pesquisa de Preços Fornecedor.pdf



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE

PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos através de rede própria de estabelecimentos credenciados em sistema informatizado, para atender, sob demanda e mediante a utilização de sistema informatizado, os veículos oficiais da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República, cuja manutenção é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nr	Fornecedor	Telefone	Contato	Enviado		Respondido	
01	TRIVALE ADMINISTRAÇÃO E-mail: licitacoes@valecard.com.br	34 999773 1251 34 984249742	Vitor Flores	OK	14/10/2020	OK	14/12/2020
02	MAXI-FROTA E-mail: yuri.teles@maxifrota.com.br Alexandre.petik@maxifrota.com.br	81 999291920	Yuri Alexandre	OK	13/10/2020	OK	14/12/2020
03	TICKET LOG E-mail: Evandro.kafski@endered.com	51 99103 0559	Evandro	OK	07/10/2020	N/C	Prazo art. 5º, § 2º Inciso I da IN Nº 73, 05 AGO 2020
04	SODEXO E-mail: hugo.leonardo@sodexo.com	81 98989 3161	Hugo	OK	15/12/2020	N/C	Prazo art. 5º, § 2º Inciso I da IN Nº 73, 05 AGO 2020

OK

Providenciado/Respondido

N/C

Não enviou cotação

Sergio William de Oliveira

De: Elineide dos Santos Assunção <elineide.santos@nutricash.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 14 de dezembro de 2020 17:08
Para: Sergio William de Oliveira
Cc: Yuri Esmeraldo Teles
Assunto: MaxiFrota - Cotação
Anexos: Presidência da República- MX - Cotação.pdf

Boa tarde, Sr. William,

Segue cotação retificada.

Ats,

Elineide dos Santos Assunção

Assistente Comercial De Setor Público

Tel. Direto: 71 3340.1016





Salvador, 14 de dezembro de 2020.

À
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.

CNPJ: 27.284.516/0001-61

RUA FRANCISCO GONÇALVES Nº01, EDF. REITOR MIGUEL CALMON 1206, COMÉRCIO, SALVADOR – BA. CEP. 40.015-090.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL, AG: 2967 – X, CC: 21122-2

NATUREZA JURÍDICA: Microempresa individual () Microempresa () Empresa de pequeno porte () Outros (X)

E-MAIL: henrique.avelino@maxifrota.com.br

TEL: (71) 3340-4900 / 71.99186-5963

Prezado(a), Senhor(a),

A MaxiFrota vem através desta, apresentar sua proposta comercial:

1 – PRAZO DE VALIDADE:

A proposta tem validade de 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

2 – DESCRIÇÃO DOS ITENS:

APÊNDICE XI

PLANILHA PARA FORMAÇÃO DE PROPOSTA
PROPOSTA DE PREÇO
GRUPO

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA

**RUA FRANCISCO GONÇALVES Nº01, EDF. REITOR MIGUEL CALMON 1206, COMÉRCIO, SALVADOR – BA. CEP. 40.015-090.
CNPJ: 27.284.516/0001-61**



Item	Objeto	Eventos	Custo unitário do evento	Preço máximo admissível
1	Gerenciamento e Administração da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via web, por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da Presidência da República e seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República.	2223	R\$ 8,00	R\$ 17.784,00
Item	Objeto	Valor estimado para contratação de serviços e aquisição de peças.	Percentual de desconto mínimo admissível	Valor máximo da proposta/lance após aplicação do percentual ofertado
2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República calculada pelo valor da mão-de-obra/hora.	R\$ 700.000,00	2,00%	R\$ 686.000,00
3	Fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e insumos de limpeza e higienização para os veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República	R\$ 1.100.000,00	2,00%	R\$ 1.078.000,00

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA

RUA FRANCISCO GONÇALVES Nº01, EDF. REITOR MIGUEL CALMON 1206, COMÉRCIO, SALVADOR – BA. CEP. 40.015-090.
CNPJ: 27.284.516/0001-61



VALOR TOTAL	R\$ 1.781.784,00
-------------	------------------

Atenciosamente,

Henrique Avelino dos Anjos
Gerente Nacional Público
MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA
CNPJ: 27.284.516/0001-61

DE AVELINO DOS ANJOS
Gerente Nacional Público
MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA
CNPJ nº. 27.284.516/0001-61

Sergio William de Oliveira

De: Reginaldo Sergio de Castro <reginaldo.castro@valecard.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 14 de dezembro de 2020 12:52
Para: Sergio William de Oliveira
Cc: Vitor Flores de Deus; Fernando Tannus Narduchi; Lucas Bonfim Barbosa
Assunto: Re: Solicitação de cotação de Preços - Presidência da República
Anexos: Cotação Manutenção - Presidência da República.pdf

/**/

Prezado Sr. Sérgio, boa tarde.

A par de cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para lhe apresentar em anexo, cotação para consideração em eventual processo de contratação de empresa fornecedora de sistema de gestão de frota através de cartão eletrônico e software integrado.

Permaneço à disposição para auxiliar no que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Reginaldo Sérgio de Castro
(34) 98421-3221
reginaldo.castro@valecard.com.br



valecard_oficial
ValeCardOficial
34 8424-9742
Central de atendimento WhatsApp



"Classificação da Informação: Normal / Não monitorada / Não crítica

A informação contida nesta mensagem de e-mail, incluindo quaisquer anexos, é confidencial e está reservada apenas à pessoa ou entidade para a qual foi endereçada. Caso não seja o destinatário ou a pessoa responsável por encaminhar esta mensagem ao destinatário, você está notificado que não deverá rever, retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir esta mensagem de e-mail ou quaisquer anexos. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem de seu computador ou de qualquer outro banco de dados.

The information contained in this email message, including any attachment, is confidential and is intended only for the person or entity to which it is addressed. If you are neither the intended recipient nor the employee or agent responsible for delivering this message to the intended recipient, you are hereby notified that you may not review, retransmit, convert to hard copy, copy, use or distribute this email message or any attachments to it. If you have received this email in error, please contact the sender immediately and delete this message from any computer or other data bank."

De: "Sergio William de Oliveira" <WilliamO@presidencia.gov.br>
Para: "licitacoes" <licitacoes@valecard.com.br>
Enviadas: Quinta-feira, 10 de dezembro de 2020 16:06:05
Assunto: ENC: Solicitação de cotação de Preços - Presidência da República

Sr. Vitor,

Fizemos ajustes no Termo de Referência incluindo prova técnica (Apendice VI e VII), solicito que realize a leitura e nos avise.

Outro mudança foi no valor da licitação, neste sentido é necessário que encaminhe outra cotação com os valores ajustados, O Modelo de Planilha de Preços é o Apêndice XI.

Respeitosamente,

Sérgio William de Oliveira

COTRAN

À

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE

Ref.: COTAÇÃO – GESTÃO DE FROTA

A Trivale Administração LTDA, CNPJ 00.604.122/0001-97, sediada a Rua Machado de Assis, 904, bairro Centro na cidade Uberlândia/MG, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Vitor Flores de Deus, portador da cédula de identidade nº 16.254.081 SSP/MG e CPF de nº 099.822.686-60, apresenta cotação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos através de rede própria de estabelecimentos credenciados em sistema informatizado, para atender, sob demanda e mediante a utilização de sistema informatizado, os veículos oficiais da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República, cuja manutenção é de responsabilidade da Coordenação Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República.

CONDIÇÕES DESSA COTAÇÃO

GRUPO				
Item	Objeto	Eventos	Custo unitário do evento	Preço máximo admissível
1	Gerenciamento e Administração da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via web, por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da Presidência da República e seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República.	2223	R\$ 5,30	R\$ 11.781,90
Item	Objeto	Valor estimado para contratação de serviços e aquisição de peças.	Percentual de desconto mínimo admissível	Valor máximo da proposta/lance após aplicação do percentual ofertado

2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República calculada pelo valor da mão-de-obra/hora.	R\$ 700.000,00	0,00%	R\$ 700.000,00
3	Fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e insumos de limpeza e higienização para os veículos oficiais da frota da Presidência da República, seus órgãos essenciais e Vice-Presidência da República	R\$ 1.100.000,00	0,00%	R\$ 1.100.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.811.781,90

- Validade da cotação: 60 (sessenta) dias após sua emissão.

Informamos que a cotação apresentada tem finalidade apenas de fornecer subsídios para pesquisa de mercado e, portanto não representa interesse em contratar.

Uberlândia, 14 de dezembro de 2020.

Vitor Flores de Deus

Trivale Administração Ltda

CNPJ: 00.604.122/0001-97

Vitor Flores de Deus

Anexo III - Portaria 224, de 1o de agosto de 2020.pdf

00087.000618/2020-19

PORTARIA Nº 224, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Designar servidores para, com observância na legislação vigente, atuarem na Equipe de Planejamento.

O DIRETOR DE RECURSOS LOGÍSTICOS DA SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 21 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, **resolve**:

Art. 1º Designar os servidores THIAGO RAMOS DE SOUZA, matrícula SIAPE nº 1435936, SÉRGIO WILLIAM DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 1681240, MARLY TERESA RANGEL LICASSALI, matrícula SIAPE nº 6040582, DOUGLAS FERNANDO DE CASTRO, matrícula SIAPE nº 3312994, MARCOS EVANDRO BOHRER SANTOS, matrícula SIAPE nº 1336101, MIGUEL VIEIRA MATOS, matrícula SIAPE nº 2528289, GILSON DOS SANTOS FRANÇA IRMÃO, matrícula SIAPE nº 122315, MANOEL ALVES DE SOUSA JUNIOR, matrícula SIAPE nº 1584142 e JEAN FARLY RIOS, matrícula SIAPE nº 1366688, para com observância da legislação vigente, atuarem no planejamento da contratação de empresa para prestação de Serviço de Gerenciamento de Frota e Gestão da Oficina.

Art. 2º Caberá à equipe designada realizar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Riscos, devendo observar os dispositivos e as diretrizes contidas na IN SEGES/MP nº 5/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍLIO COSTA DOS SANTOS

Documento assinado eletronicamente por **Maurílio Costa dos Santos, Diretor(a)**, em 10/08/2020, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2051850** e o código CRC **2805C8DB** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Anexo IV - Acórdão 2354-2017 TCU Plenário.pdf

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 007.446/2017-9

Natureza: Representação.

Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli - ME (CNPJ 25.165.749/0001-10).

Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

Representação legal: não há.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAR FROTA DE VEÍCULOS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO. CONSTATAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS NO EDITAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECOMENDAÇÕES E CIÊNCIA.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução elaborada na Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog e acolhida por seus dirigentes:

“1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de relatório de fiscalização realizada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), a fim de dirimir dúvidas acerca dos instrumentos e acessórios previstos no contrato decorrente do Pregão Eletrônico SRP 1/2017 (PE 1/2017), cujo objeto era o seguinte (peça 1, p. 46):

‘registro de preços para eventual contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota para a manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, de forma continuada, junto à rede de estabelecimentos credenciados por meio de sistema informatizado para atender os veículos oficiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e suas unidades desconcentradas e os a seu serviço’

1.2. O PE 1/2017 resultou na assinatura, em 19/6/2017, do Contrato 18/2017, firmado entre o DPRF e a sociedade empresária Ticket Soluções HDFGT S/A (CNPJ 03.506.307/0001-57), com vigência fixada em doze meses, a partir da assinatura, e valor contratado de R\$ 35.503.026,48. A publicação data de 27/6/2017 (peça 41).

2. HISTÓRICO

2.1. Em 6/4/2017, foi autuado, como representação, documento proveniente da sociedade empresária Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELI ME (CNPJ 25.165.749/0001-10), noticiando possíveis irregularidades no âmbito do PE 1/2017 (peça 1).

2.2. Em 2/5/2017, esta unidade técnica (UT) promoveu a instrução preliminar do feito, na qual considerou improcedente a alegação de irregularidade da representante (peça 18, p. 5). Todavia, entendeu haver indícios de restrição acerca da competitividade do certame, motivo pelo qual propôs a realização de oitiva prévia (peça 18, p. 8). A proposta foi aceita pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o qual, à época, estava substituindo a Ministra Relatora Ana Arraes (peça 21, p. 1 c/c p. 2-3).

2.3. Em nova instrução – de 1º/6/2017 – a UT entendeu ausentes os requisitos à concessão da medida cautelar. Entretanto, observou não haver informações suficientes à formação do juízo de convicção acerca da matéria, motivo pelo qual propôs a realização de inspeção (peça 34, p. 11).

2.4. A referida fiscalização ocorreu no período de 24/7 a 1º/8/2017, conforme autorizado pela Portaria de Fiscalização 603/2017 (peça 38).

3. DA INSPEÇÃO

Deliberação que originou o trabalho

3.1. Trata-se de inspeção autorizada por despacho da Ministra Relatora (peça 36, p. 2), cuja equipe foi designada pelo Titular da Selog, por meio da Portaria de Fiscalização 603/2017 (peça 38).

Visão geral do objeto

3.2. A inspeção visava suprir dúvidas presentes a partir da análise do edital do PE 1/2017 (em especial: periodicidade e responsabilidade quanto à atualização de valores em relação ao sistema de orçamentação; e responsabilidade e número de orçamentos realizados a cada serviço junto à rede credenciada), bem como obter maiores informações a respeito de controles internos administrativos no âmbito da DPRF com o fito de minimizar os custos com manutenção de sua frota (peça 34, p. 11).

Objetivo da Inspeção

3.3. O objetivo da inspeção foi o de sanear o presente feito, por meio da verificação in loco dos sistemas informatizados de orçamentação das peças e de gerenciamento da frota do DPRF, além da realização de entrevistas e solicitação de documentos, permitindo a esta UT analisar quais os instrumentos e procedimentos existentes em relação à manutenção e gerenciamento da frota da unidade jurisdicionada.

Metodologia

3.4. Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT-TCU), além de observar os Padrões de Auditoria de Conformidade estabelecidos pelo TCU, conforme permitido pelo art. 3º da Portaria - Segecex 29/2010, que disciplina a realização de inspeções pelas unidades da Segecex.

3.5. Definidos os limites da fiscalização, comunicou-se o órgão acerca da realização da inspeção, por meio do Ofício 1211/2017-TCU/Selog (peça 40). Os documentos foram solicitados por meio do Ofício de Requisição 1-FISCALIS 268/2017-Selog (peça 42).

3.6. A técnica utilizada para os trabalhos, consistiu, principalmente, nos procedimentos de exame documental, observação e entrevista.

Volume de Recursos Inspeccionados

3.7. Adota-se como métrica o valor contratado, o qual foi de R\$ 35.503.026,48 (peça 41).

4. EXAME TÉCNICO

4.1. Os trabalhos sobre o objeto da inspeção serão divididos em três seções, cada qual relativa a um tópico constante do Ofício de Requisição 1-FISCALIS 268/2017-Selog (peça 42).

Da periodicidade e responsabilidade quanto à atualização dos sistemas de orçamentação e de gerenciamento de frota atualmente em uso

4.2. Acerca da periodicidade de atualização dos valores de referência usados para a orçamentação das peças veiculares, o DPRF informou que a atualização é de exclusiva responsabilidade da fornecedora do software.

4.2.1. A ferramenta de orçamentação atualmente em uso é o Sistema Cília, de responsabilidade da Cília Tecnologia Ltda. (conforme citado em <https://cilia.com.br/o-cilia>).

4.2.2. A contratada, em decorrência do PE 1/2017, não possui ingerência sobre esse sistema, apenas fornecendo as licenças para que os servidores do DPRF façam regularmente consultas, visando descobrir os valores máximos aceitáveis de cada peça.

4.3. Na instrução anterior, esta UT analisou a possibilidade de uso de tabelas referenciais de fornecedores privados (peça 34, p. 6-8), concluindo o seguinte:

‘25. Considera-se, portanto, justificável a adoção de uma tabela de preços – mesmo sob a forma de sistema de informação – para o objeto de gerenciamento de frota.

26. Acerca da questão levantada pela AGU quanto ao uso de uma tabela não oficial de fabricantes, observa-se que o Decreto 7.892/2013 não traz esta restrição, apenas referindo-se a uma ‘tabela de preços praticados no mercado’.

26.1. Observa-se, portanto, possível o uso de uma tabela de preços não elaborada pelo próprio fabricante das peças, desde que: (i) o contratado não possa alterar os preços; (ii) a tabela seja de uso consagrado pelo mercado; e (iii) as informações sejam atualizadas periodicamente, e reflitam os produtos e peças necessários ao bom desempenho das atividades da unidade jurisdicionada.’

(grifos ausentes do original)

4.3.1. No caso em tela, observou-se que os três requisitos supra foram cumpridos.

4.4. Acerca da atualização dos valores, traz-se à luz disposição da Lei 10.192/2001

‘Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.'

(grifos ausentes do original)

4.5. Baseando-se na doutrina pátria, a jurisprudência do TCU entende que reajuste é a recomposição automática do equilíbrio financeiro de um contrato decorrente da inflação de preços, refletido na variação de índice(s) previsto(s) no contrato (vide voto do Ministro Relator Vital do Rego, condutor do Acórdão 1.431/2017-TCU-Plenário); enquanto que correção monetária seria uma atualização a fim de compensar perda de valor monetário (conforme disposto no relatório do Acórdão 156/1999-TCU-Plenário, Relator Ministro Marcos Vileça).

4.6. Na visualização das manutenções efetuadas pelo DPRF (tal observação foi feita por meio do sistema Good Manager, da sociedade empresária Ticket Log, que foi a contratada do PE 1/2017, no qual é realizado o gerenciamento da manutenção da frota da unidade jurisdicionada), observaram-se que os valores, verificados no sistema Cília, são referenciais, funcionando como limites máximos a serem despendidos nas aquisições, não necessariamente refletindo os preços cobrados pelas credenciadas.

4.6.1. Porém, é provável que em um certame licitatório que não obedeça à sistemática de efetuar uma série de orçamentos a cada serviço (ou seja, que simplesmente contrate com base no preço referencial deduzido de uma taxa fixa de desconto) os preços dos itens a serem adquiridos variem uniformemente de acordo com os valores presentes aos sistemas de referência utilizados.

4.7. O uso de tabela referencial como limite ao gasto máximo, por sua vez, embora apresente ganhos gerenciais, embute riscos. Isso porque em rápida observação constatou-se que um bem adquirido por menos de R\$ 19,00 fora orçado por aproximadamente R\$ 76,00, valor setenta e cinco por cento inferior ao orçado.

4.7.1. No TC 013.775/2015-4, que trata do serviço de gerenciamento informatizado da manutenção de veículos automotivos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, também foram observadas distorções consideráveis entre os valores constantes nos sistemas de orçamentação – que era distinto do Cília - e aqueles contratados, havendo diferenças superiores a oitenta e cinco por cento (peça 31, p. 8) em ordens de serviços analisadas naquela contratação.

4.8. Assim, observa-se necessária a adoção de procedimentos que minimizem o risco de aquisições com valores diretamente extraídos de tabelas referenciais de orçamentação de veículo, visto que esses possuem itens com valores manifestamente superiores aos cobrados no mercado.

4.8.1. No caso em tela, é a etapa de envio dos orçamentos às oficinas credenciadas, para que possam oferecer suas respectivas propostas de preços, que promove as diminuições dos preços de bens e serviços necessários às manutenções veiculares.

4.8.2. Das análises efetuadas neste processo e no TC 013.775/2015-4, observa-se que a competição entre as credenciadas muitas vezes assegura descontos materialmente superiores ao desconto mínimo usado como critério na seleção das propostas das licitantes.

4.8.2.1. Tal fato foi confirmado pelos servidores do DPRF presentes à reunião realizada em 25/7/2017, os quais destacaram que já houve casos em que eles enviaram notificações às credenciadas informando que obtiveram cotações inferiores com prestadora de serviço não credenciada, o que as fez baixar os preços para assegurar a execução do serviço.

4.8.3. Destaca-se que nesse caso o DPRF pode solicitar o credenciamento de novas oficinas, sendo um fato que mitiga o risco de que apenas oficinas com preços altos sejam credenciadas pela contratada.

4.8.3.1. Tal possibilidade estava prevista no Termo de Referência do PE 1/2017 quando elencou as obrigações da futura contratada (peça 2, p. 49):

'6.1.2.6 - Providenciar, sempre que solicitado pelo órgão gerenciador e participantes, o credenciamento de algum novo estabelecimento, de acordo com o Anexo F deste Termo de Referência'

4.9. Entende-se que tal medida se mostra bastante salutar, podendo ser utilizada pela Administração Pública Federal. Dessa forma, a comunicação dessa boa prática deve ser endereçada aos Órgãos Governantes Superiores (OGS) da área, termo utilizado no Acórdão 2.622/2015-TCU-Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes, em levantamento visando analisar a governança e a gestão das aquisições na Administração Pública Federal.

4.9.1. Em analogia ao conceito insculpido nos Acórdãos 2.308/2010-TCU-Plenário, 1.145/2011-TCU-Plenário e 2.622/2015-TCU-Plenário, pode-se dizer que os OGS em governança logística são aqueles que têm a responsabilidade de normatizar e fiscalizar o uso e a gestão dos recursos logísticos em suas respectivas

áreas de atuação e com jurisdição administrativa específica sobre outros órgãos/entidades da Administração Pública Federal.

4.9.2. No presente caso, podem ser considerados os seguintes:

- a) Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (art. 41, inciso X, do Anexo I do Decreto 9.035/2017);
- b) Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (art. 13, incisos IX a XI, do Anexo I do Decreto 9.035/2017);
- c) Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, § 4º, caput e inciso II, da CF/88); e
- d) Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130-A, § 2º, caput e inciso II, da CF/88).

4.9.3. Outrossim, os órgãos que compõem o Poder Legislativo não estão vinculados a nenhum OGS em governança logística, motivo pelo qual deverão ser objeto de recomendações específicas:

- a) Diretoria-Geral do Senado Federal (art. 121, inciso XIII, da Parte II da Resolução - Senado Federal 58/1972);
- b) Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (art. 20 da Resolução - Câmara dos Deputados 20/1971); e
- c) Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União (art. 6º, inciso V, da Portaria - TCU 67/2013).

4.9.4. Propõe-se, portanto, determinar à Secretaria de Gestão (Seges) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que indique em sítio eletrônico de sua responsabilidade que verse acerca de aquisições e contratos (ou algum outro endereço eletrônico pelo qual seja responsável e que verse sobre tema correlato) as boas práticas listadas a seguir, em modelos de contratos cujos objetos envolvam o gerenciamento de frota de veículos, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, mediante contratação de empresa credenciadora de oficinas automotivas: (i) adotar controles e procedimentos a fim de minimizar o risco de aquisição de peças meramente com base no valor constante de tabelas referenciais; (ii) estimular a competição entre os prestadores de serviços integrantes de redes credenciadas, nos certames de abrangência local, regional e nacional, a exemplo do procedimento existente no PE 1/2017, no qual o DPRF realiza cotações junto a três ou mais oficinas credenciadas da empresa contratada, buscando realizar o serviço de manutenção com aquele prestador que ofertar o menor preço abaixo do desconto ofertado pela empresa contratada; e (iii) realizar, na fase de planejamento dos certames, cujos objetos sejam similares àqueles descritos no parágrafo acima, pesquisas de preços levando em conta não apenas os valores mínimos de desconto propostos pelas gerenciadoras, mas também os efetivamente oferecidos pelas credenciadas, conforme discutido nos itens 0 e 0 da instrução em tela.

4.9.5. Propõe-se, ainda, comunicar aos demais órgãos listados aos itens 0 e 0 desta instrução a deliberação originada deste processo, como notícias de boas práticas.

4.10. O modelo acima contrapõe-se à realização de licitações cujo preço da peça e/ou item a ser contratado adote como metodologia simplesmente um valor de desconto acerca de uma tabela referencial (Cília, Audatex, Orion ou afins), devido ao risco de contratações antieconômicas, especificando mecanismos complementares de seleção da oficina credenciada, a exemplo do disposto no item 6.1.2.6 do Termo de Referência do PE 1/2007. Essa situação deve ser objeto da análise acima sugerida.

4.11. Outra proposta é recomendar ao DPRF que solicite à contratada os seguintes ajustes no sistema de gerenciamento de frota atualmente em uso, com o intuito de mitigar riscos à economicidade, à eficiência e à restrição de competitividade: (i) após a realização do orçamento inicial, enviar, via sistema, pedidos de elaboração de orçamentos a todas as credenciadas localizadas no município em que o veículo realizará a manutenção; (ii) solicitar que os orçamentos contenham previsão de data de início e data de término dos serviços; e (iii) exigir justificativa caso a credenciada de menor preço não seja escolhida para a realização da manutenção preventiva ou corretiva.

Da Responsabilidade pela realização de orçamentos junto às oficinas pertencentes à rede credenciada da contratada

4.12. É responsabilidade da contratada a consulta no sistema que possui os preços de referência das peças. Isto é, a cada ordem de serviço (OS), a contratada anexa em seu sistema (Good Manager) os valores referenciais obtidos do Cília, permitindo ao DPRF analisá-los, bem como obter um histórico para cada peça.

4.13. Também é incumbência da contratada verificar se o orçamento inicial realizado por uma de suas credenciadas está correto (inclusive verificando os códigos das peças), conforme informado pela DPRF (peça 43, p. 3). Não há no Cília uma funcionalidade que permita visualizar o histórico de preços de cada item, por

isso a unidade jurisdicionada adotou a metodologia de solicitar à contratada que anexe os preços às OS. Logo, o histórico de preços referenciais é feito externamente ao sistema disponibilizado.

4.13.1. Por outro lado, o histórico de preços efetivamente contratados é mantido inalterado e é acessível a qualquer tempo pelo sistema da contratada.

4.14. As cotações junto às contratadas possuem dois momentos distintos. No primeiro, o veículo é levado pelo responsável do DPRF a uma credenciada para elaboração de orçamento inicial. No segundo momento, também de responsabilidade da unidade jurisdicionada, é realizado um mínimo de dois novos orçamentos (havendo esse mínimo de prestadoras de serviços na região em que o veículo se encontra) junto às credenciadas. Tal fato constava do TR (peça 3, p. 16) e foi ratificado pela equipe de inspeção:

‘7.2.1. Havendo necessidade de execução de serviços, o fiscal da localidade de lotação do veículo solicitará orçamento à Contratada, por meio de um estabelecimento credenciado, escolhido a seu critério (do fiscal).

7.2.2. O credenciado fornecerá o primeiro orçamento on-line.

7.2.3. O fiscal responsável efetuará a abertura de dois outros orçamentos, para estabelecer as 3 cotações, além do primeiro orçamento apresentado, e então a Contratada efetuará as tratativas para obtenção de melhores resultados, devendo fazer as pesquisas de conformidade contratual de preço de peças/materiais/acessórios, de hora de mão de obra e de tempo padrão, buscando o menor preço e as melhores condições para execução do orçamento proposto, atentando-se para o disposto nos itens 6.1.2.3.1 e 6.1.2.3.2, somente estando dispensados os outros dois orçamentos, quando tratar-se de peças e/ou serviços cujo sistema já tenha registro de comparativo de todas as peças e serviços necessários, caso estejam dentro do previsto no item 7.5.1.1, ou aqueles descritos no item 6.7.6.’

4.14.1. Destaca-se, ainda, que não existe restrição ao número máximo de orçamentos que podem ser abertos. Segundo resposta do DPRF, a execução de cada serviço ‘prevê ao menos 3 orçamentos, para atender as exigências dos órgãos de controle’ (peça 43, p. 2).

4.15. Além disso, a equipe de inspeção observou que o processo de autorização dos serviços envolve uma série de passos – em sequência ordenada –, desde a realização do primeiro orçamento até a retirada do veículo mantido.

4.16. Merece destaque o fato de que há a possibilidade de o DPRF aprovar apenas parcialmente os orçamentos (peça 3, p. 17). Assim, não se encontra necessariamente vinculado aos serviços listados.

4.17. Observou-se, ainda, que o sistema apropria custos por operação, o que permite ao DPRF controlar o resultado de cada uma. Os relatórios são bastante intuitivos, como verificado pela equipe de inspeção.

4.18. Acerca deste tópico, observam-se procedentes as respostas às dúvidas (responsabilidades pelas realizações de orçamentos junto às oficinas credenciadas) que originaram a inspeção.

Dos controles internos administrativos de que o DPRF dispõe com o intuito de minimizar os custos com manutenção e gerenciamento de sua frota

4.19. Segundo o DPRF (peça 44), ainda não há implementado em sua estrutura formal um setor de Controle Interno, a despeito de isso ser um pleito recorrente de seus servidores. Assim, cada setor implementa rotinas e protocolos a fim de assegurar a correção e rastreabilidade de seus atos.

4.20. Acerca dos controles internos administrativos relativos à gestão da manutenção da sua frota, o DPRF respondeu o seguinte (peça 43, p. 3):

‘(...) Por meio do sistema é possível gerar relatórios quanto aos gastos realizados, limitar os recursos disponíveis para os serviços, avaliar padrões de custo por família de veículo, marca, modelo, etc.

O sistema também disponibiliza um fluxo que passa por diferentes atores, o que permite um controle superior à sistemática tradicional de manutenção, em que se contratava diretamente uma única oficina, cujo orçamento não se sujeita à cotação junto a outros estabelecimentos para alcance de proposta mais vantajosa para a Contratante. No Sistema de Gestão Compartilhada de Manutenção, ora auditado, a manutenção está sujeita ao seguinte fluxo:

(...)

Este Departamento realiza ainda, eventos anuais de Treinamento para Gestores de Frota de todas as Unidades Administrativas da PRF, visando orientar e padronizar os procedimentos quanto ao uso e manutenção de veículos, respaldados pelo Manual de Procedimento Administrativo 07/2015/CGA, anexo ao presente Memorando (nº SEI: 7464123).

O Fiscal sempre deverá analisar atentamente o histórico de manutenções do veículo, disponibilizado em relatórios no sistema da contratada, com o intuito de garantir que não serão realizados serviços

preventivos e corretivos ou trocas de peças que ainda estejam em garantia ou que não tenham atingido período de uso recomendados pela montadora, justificando as exceções.’

4.21. Acerca desse item, consideram-se procedentes os esclarecimentos feitos pela unidade jurisdicionada.

5. CONCLUSÃO

5.1. A inspeção de que trata a Portaria de Fiscalização 603/2017 teve como escopo analisar contratação originada do PE 1/2017, a qual resultou no Contrato 18/2017, firmado entre o DPRF e a sociedade empresária Ticket Soluções HDFGT S/A.

5.2. O escopo envolveu a análise dos seguintes tópicos: periodicidade e responsabilidade quanto à atualização de valores em relação ao sistema de orçamentação; responsabilidade e o número de orçamentos realizados a cada serviço junto à rede credenciada; e controles internos administrativos a fim de minimizar os custos com manutenção e gerenciamento da frota (item 0 da instrução em tela).

5.3. Acerca da responsabilidade pela elaboração das orçamentações e o número de orçamentos dos serviços, consideraram-se procedentes as justificativas apresentadas (item 0 desta instrução).

5.4. Também foram consideradas procedentes as justificativas acerca dos controles internos administrativos a fim de minimizar os custos com manutenção e gerenciamento da frota (item 0 da presente instrução).

5.5. Acerca da periodicidade de atualização dos itens constantes da tabela referencial utilizada, entende-se que no caso em tela não estão presentes os pressupostos da Lei 10.192/2001, visto que os valores são apenas limites máximos para as compras, e não os valores verificados na prática em relação aos bens adquiridos (item 0 a 0 desta instrução).

5.5.1. Destaca-se, contudo, que, no caso de licitações cujo único critério seja um desconto mínimo sobre uma tabela referencial (isto é, sem a realização de disputa entre as credenciadas), poderá haver oscilação quanto aos valores de cada peça adquirida, visto que o parâmetro para seus preços será o valor indicado na tabela (item 0 da instrução em tela).

5.6. Observam-se riscos de antieconomicidade caso o certame licitatório não estimule a competição entre as empresas credenciadas pela contratada para manutenção veicular (corretiva e preventiva). Isso porque a fiscalização efetuada observou variações de até 75% entre os valores referenciais e os efetivamente adquiridos (itens 0 a 0 da presente instrução).

5.6.1. Propõe-se determinar à Seges que indique no sítio Compras Governamentais as boas práticas listadas a seguir, em modelos de contratos cujos objetos envolvam o gerenciamento de frota de veículos, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, mediante contratação de empresa credenciadora de oficinas automotivas: (i) adotar controles e procedimentos a fim de minimizar o risco de aquisição de peças meramente com base no valor constante de tabelas referenciais; (ii) estimular a competição entre os prestadores de serviços integrantes de redes credenciadas, nos certames de abrangência local, regional e nacional, a exemplo do procedimento existente no PE 1/2017, no qual o DPRF realiza cotações junto a três ou mais oficinas credenciadas da empresa contratada, buscando realizar o serviço de manutenção com aquele prestador que ofertar o menor preço abaixo do desconto ofertado pela empresa contratada; e (iii) realizar, na fase de planejamento dos certames, cujos objetos sejam similares àqueles descrito no parágrafo acima, pesquisas de preços levando em conta não apenas os valores mínimos de desconto propostos pelas gerenciadoras, mas também os efetivamente oferecidos pelas credenciadas, conforme discutido nos itens 0 e 0 da instrução em tela (conforme item 0 do presente documento).

5.6.2. Propõe-se, ainda, comunicar aos demais órgãos listados aos itens 0 e 0 desta instrução a deliberação originada deste processo, como notícias de boas práticas.

5.7. Outra proposta é recomendar ao DPRF que solicite à contratada os ajustes no sistema de gerenciamento de frota atualmente recomendados, com o intuito de mitigar riscos à economicidade, à eficiência e à restrição de competitividade (item 0 desta instrução).

6. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

6.1. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior propondo:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e no mérito considerá-la parcialmente procedente;

b) recomendar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que solicite à contratada do Contrato 18/2017 (Ticket Soluções HDFGT S/A), originado por meio do Pregão Eletrônico SRP 1/2017, os seguintes ajustes no sistema de gerenciamento de

frota atualmente utilizado, a fim de mitigar riscos à economicidade, à eficiência e à restrição de competitividade, comunicando, no prazo de trinta dias, as medidas adotadas: (item 0 da presente instrução):

b.1) após a realização do orçamento inicial, enviar, via sistema, pedidos de elaboração de orçamentos a todas as credenciadas localizadas no município em que o veículo realizará a manutenção;

b.2) solicitar que os orçamentos contenham previsão de data de início e data de término dos serviços;

e

b.3) exigir justificativa caso a credenciada de menor preço não seja escolhida para a realização da manutenção preventiva ou corretiva;

c) determinar à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que indique em sítio eletrônico de sua responsabilidade que verse acerca de aquisições e contratos (ou algum outro endereço eletrônico pelo qual seja responsável e que verse sobre tema correlato) as boas práticas listadas a seguir, em modelos de contratos cujos objetos envolvam o gerenciamento de frota de veículos, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, mediante contratação de empresa credenciadora de oficinas automotivas:

c.1) adoção de controles e procedimentos a fim de minimizar o risco de aquisição de peças meramente com base no valor constante de tabelas referenciais; (itens 0 a 0 desta instrução)

c.2) estímulo à competição entre os prestadores de serviços integrantes de redes credenciadas, nos certames de abrangência local, regional e nacional, a exemplo do procedimento existente no Pregão Eletrônico 1/2017, no qual o Departamento de Polícia Rodoviária Federal realiza cotações junto a três ou mais oficinas credenciadas da empresa contratada, buscando realizar o serviço de manutenção com o prestador que ofertar o menor preço abaixo do desconto ofertado pela empresa contratada; e (itens 0 a 0 da instrução em tela)

c.3) realização, na fase de planejamento dos certames, pesquisas de preços levando em conta não apenas os valores mínimos de desconto propostos pelas gerenciadoras, mas também os efetivamente oferecidos pelas credenciadas; (item 0 da presente instrução)

d) encaminhar cópia da deliberação, acompanhada dos respectivos relatório e voto, que o TCU vier a proferir ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ao representante (Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELI ME), aos Órgãos Governantes Superiores (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Conselho Nacional de Justiça; e Conselho Nacional do Ministério Público), e, ainda, aos seguintes órgãos: Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União; e

e) arquivar este processo, com fulcro no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore o que vier a ser decidido.”

É o relatório.

VOTO

A Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli - ME representou a este Tribunal, com pedido de medida cautelar *inaudita altera parte*, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico SRP 1/2017 (PE SRP 1/2017), promovido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) para registro de preços para eventual “contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota para manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, de forma continuada, junto à rede de estabelecimentos credenciados, por meio de sistema informatizado, para atender os veículos oficiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e suas unidades desconcentradas e os a seu serviço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos” (peça 2, p. 20).

2. A instrução inicial propôs a realização de oitiva prévia, a fim de dirimir as seguintes dúvidas acerca do procedimento licitatório: (i) indício de restrição à competitividade devido ao baixo número de participantes e à exigência de atuação nacional dos licitantes; (ii) adjudicação por item, apesar de todos os itens possuírem o mesmo objeto; e (iii) dúvida acerca da periodicidade de atualização dos preços de referência da(s) tabela(s) constante(s) dos sistemas informatizados previstos no item 6.1.9.18 do Termo de Referência (peça 18, p. 8).

3. Realizada a oitiva, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog examinou as informações fornecidas e concluiu que (peça 34):

a) não foram constatados, *a priori*, indícios de restrição à competitividade pelo fato de a rede de credenciadas de eventual contratada ser nacional, visto que, para diversos pregões com objetos assemelhados, o número de licitantes não foi superior, mesmo com abrangência regional ou estadual;

b) não foi possível comprovar a afirmação do DPRF de que os veículos são recorrentemente deslocados para operações policiais em unidades da Federação por não haver dados suficientes para efetuar a análise do assunto;

c) quanto à realização da licitação em três grupos distintos, é procedente a inclusão do Conselho Nacional de Justiça - CNJ em um grupo único, visto que sua frota está concentrada no Distrito Federal, assim como a divisão em grupos distintos das frotas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e do DPRF, já que ambas, apesar de demandarem rede nacional de credenciadas, possuem exigências de presença da rede credenciada em municípios distintos;

d) é possível o uso de uma tabela de preços não elaborada pelo próprio fabricante das peças, desde que: (i) o contratado não possa alterar os preços; (ii) a tabela seja de uso consagrado pelo mercado; e (iii) as informações sejam atualizadas periodicamente e reflitam os produtos e peças necessários ao bom desempenho das atividades da unidade jurisdicionada;

e) não foi possível dirimir dúvidas existentes com respeito à periodicidade e à responsabilidade de atualização dos dados da tabela atualmente em uso para peças e serviços, metodologia que deverá ser seguida nos contratos decorrentes do PR 1/2017;

f) havia divergência acerca da responsabilidade pela realização de cotações para escolha da credenciada que ofertasse o menor preço para manutenções, bem como a respeito da possibilidade da realização de mais de três orçamentos; e

g) em razão da informação do DPRF de que o contrato atual de manutenção de sua frota (Contrato 12/2014) vigoraria até o dia 30/6/2017 e de que não havia interesse da então contratada em sua prorrogação, uma vez que a plataforma em uso foi descontinuada pela fornecedora da solução, estaria caracterizado perigo da demora reverso.

5. Assim, acompanhei a proposta da unidade técnica pela denegação da cautelar pleiteada e autorizei a realização de inspeção, para que fossem respondidas as questões remanescentes.

6. Em complementação, foi constatado que a periodicidade e a responsabilidade pela atualização dos valores de referência usados para orçamentação das peças veiculares são de exclusiva responsabilidade da fornecedora do software, no caso, a Cília Tecnologia Ltda., sem ter a contratada do certame em análise ingerência alguma sobre esse sistema.

7. Verificou-se, também, que há necessidade de adoção de procedimentos que minimizem o risco de aquisições com valores diretamente extraídos de tabelas referenciais de orçamentação, visto que essas possuem itens com valores manifestamente superiores aos cobrados no mercado. No caso em exame, esse risco é neutralizado com o envio dos orçamentos às oficinas credenciadas, para que estas possam oferecer suas propostas de preços, o que estimula as diminuições dos preços de bens e serviços por meio da competição entre elas. Foi informado que, muitas vezes, esse procedimento assegura descontos superiores àquele mínimo utilizado como critério na seleção das propostas das licitantes.

8. Outra boa prática relatada pelos servidores do DPRF referiu-se ao envio de notificações às credenciadas informando que obtiveram cotações inferiores com prestadoras de serviço não credenciadas, o que fez os preços baixarem. Foi destacado que o edital deste pregão prevê que o órgão pode solicitar o credenciamento de novas oficinas (item 6.1.2.6 do Termo de Referência do PE 1/2007), o que mitiga o risco de que apenas oficinas com preços altos sejam credenciadas pela contratada.

9. Foi ressaltado que esse modelo de contratação se contrapõe à realização de licitações cujo preço da peça e/ou item a ser contratado adote como metodologia simplesmente um valor de desconto sobre os preços indicados em uma tabela referencial (Cília, Audatex, Orion ou afins), devido ao risco de contratações antieconômicas. Além disso, a Selog propôs recomendação ao DPRF para que solicite ajustes no sistema de gerenciamento da frota em uso.

10. Quanto à responsabilidade pela realização de orçamentos junto às oficinas pertencentes à rede credenciada, foi informado ser da contratada, bem como a responsabilidade de verificar se o orçamento inicial realizado por suas credenciadas está correto, inclusive verificando os códigos das peças. Cabe ao departamento levar o veículo para elaboração do orçamento e realizar, no mínimo, dois novos orçamentos junto às credenciadas. A Selog não viu problemas nos procedimentos previstos e executados.

11. No que toca aos controles internos administrativos relativos à manutenção da frota, o DPRF informou que utiliza relatórios sobre: (i) gastos; (ii) limitação dos recursos disponíveis para os serviços; e (iii) padrões de custo por família de veículo, marca, modelo, etc. Além disso, o sistema disponibiliza um fluxo que passa por diferentes atores, permitindo controle superior à sistemática tradicional de manutenção, além de o DPRF realizar eventos anuais de treinamento para gestores de frota de todas as suas unidades administrativas, que visa a orientar e a padronizar procedimentos.

12. Por fim, a Selog acolheu os esclarecimentos prestados e entendeu por bem divulgar as boas práticas constatadas aos órgãos governantes superiores, por meio de determinação. Nesse ponto, penso ser suficiente recomendação, uma vez que tal medida não se fundamenta em dispositivo legal.

Assim, acompanho as propostas efetuadas, com pequenos ajustes de redação, e voto por que o Tribunal adote a minuta de deliberação que submeto a sua consideração.

TCU, Sala das Sessões, em 18 de outubro de 2017.

ANA ARRAES
Relatora

ACÓRDÃO Nº 2354/2017 – TCU – Plenário

1. Processo TC 007.446/2017-9
2. Grupo I – Classe VII – Representação.
3. Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli - ME.
4. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, da Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli - ME, com pedido de medida cautelar *inaudita altera parte*, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico SRP 1/2017 (PE SRP 1/2017) do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 235, 237, inciso VII, e 250, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:

- 9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;
- 9.2. recomendar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que solicite, no âmbito do Contrato 18/2017 (Ticket Soluções HDFGT S/A), originado do Pregão Eletrônico SRP 1/2017, que a contratada efetue os seguintes ajustes no sistema de gerenciamento de frota atualmente utilizado a fim de mitigar riscos à economicidade, à eficiência e à restrição de competitividade e comunique, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas:
 - 9.2.1. envio, via sistema, após a realização do orçamento inicial, de pedidos de elaboração de orçamentos a todas as credenciadas localizadas no município em que o veículo realizará a manutenção;
 - 9.2.2. previsão nos orçamentos de data de início e de término dos serviços; e
 - 9.2.3. exigência de justificativas, caso a credenciada de menor preço não seja escolhida para realização da manutenção preventiva ou corretiva.
- 9.3. recomendar à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que indique, em sítio eletrônico de sua responsabilidade que verse sobre aquisições e contratos (ou algum outro endereço eletrônico pelo qual seja responsável e que trate de tema correlato), as boas práticas listadas a seguir, em modelos de contratos cujos objetos envolvam gerenciamento de frota de veículos, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, mediante contratação de empresa credenciadora de oficinas automotivas:
 - 9.3.1. adoção de controles e procedimentos para minimizar risco de aquisição de peças meramente com base em valor constante de tabelas referenciais;
 - 9.3.2. estímulo à competição entre prestadores de serviços integrantes de redes credenciadas, nos certames de abrangência local, regional e nacional, a exemplo do procedimento existente no Pregão Eletrônico 1/2017, no qual o Departamento de Polícia Rodoviária Federal realiza cotações junto a três ou mais oficinas credenciadas da empresa contratada, buscando realizar o serviço de manutenção com o prestador que ofertar o menor preço abaixo do desconto oferecido pela empresa contratada; e

9.3.3. realização, na fase de planejamento dos certames, de pesquisas de preços levando em conta não só valores mínimos de desconto propostos pelas gerenciadoras, mas também os efetivamente oferecidos pelas credenciadas.

9.4. dar ciência deste acórdão à representante, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aos órgãos governantes superiores (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público), à Diretoria-Geral do Senado Federal; à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União; e

9.5. arquivar o processo.

10. Ata nº 42/2017 – Plenário.

11. Data da Sessão: 18/10/2017 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2354-42/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Relatora

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral